

## O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS

THE CHILDREN'S LITERACY PROCESS IN THE EARLY YEARS

Camila Araújo Côrtes<sup>1</sup>, Samara Ferreira Souza<sup>1</sup>, Cristiana Amorim de Souza<sup>2</sup>

1 Alunas do Curso de Pedagogia

2 Professora Especialista do Curso de Pedagogia

### Resumo

O processo de alfabetização é essencial para o desenvolvimento do ser humano, pois constitui a base fundamental para o desenvolvimento educacional, social e cognitivo de um indivíduo. A narrativa histórica sobre a alfabetização no Brasil, desde a chegada dos jesuítas, destaca as mudanças nos métodos, nas teorias educacionais, no papel do professor e nas práticas pedagógicas. Este estudo teve como objetivo investigar como ocorre o processo de alfabetização e aprendizagem em crianças nos anos iniciais, buscando conceituar o processo de alfabetização; identificar os desafios da aprendizagem; e diferenciar os métodos de aprendizagem. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando conhecimentos teóricos já publicados para embasar as análises. A pesquisa revelou que, independentemente da abordagem teórica, a alfabetização é um processo contínuo e multifatorial, sendo mais que só o aprendizado de letras e sons. As conclusões ressaltaram a importância de estratégias pedagógicas que considerem a realidade e experiências de vida dos alunos, tornando o processo de alfabetização mais relevante e motivador.

**Palavras-Chave:** alfabetização; aprendizagem; processo contínuo.

### Abstract

The literacy process is essential for the development of human beings, as it constitutes a fundamental basis for an individual's educational, social and cognitive development. A historical narrative about literacy in Brazil, since the arrival of the Jesuits, highlights changes in methods, educational theories, the role of the teacher and pedagogical practices. This study aimed to investigate how the literacy and learning process occurs in children in the early years, seeking to conceptualize the literacy process; Identify learning challenges; and differentiate learning methods. The methodology adopted was bibliographical research, using theoretical knowledge already published to support the analyses. The research revealed that, regardless of the theoretical approach, literacy is a continuous and multifactorial process, being more than just learning letters and children. The considerations emphasized the importance of pedagogical strategies that consider the reality and life experiences of students, making the literacy process more relevant and motivating.

**Keywords:** literacy; learning; continuous process.

**Contato:** camila.cortes@souicesp.com.br; samara.ferreira@souicesp.com.br.

## Introdução

Este trabalho refere-se ao processo de alfabetização e aprendizagem de crianças, um tema abrangente e recorrente nos dias atuais, dentro dos anos iniciais.

A alfabetização é um objeto de estudo de grande importância e interesse para diversos teóricos e pesquisadores. Existem inúmeras teorias e abordagens que buscam compreender e aprimorar o processo de alfabetização, cada uma com suas próprias visões e enfoques.

Na visão de Soares (2008, p.15), a alfabetização é caracterizada como o procedimento de adquirir o código escrito, juntamente com as competências de leitura e escrita.

Considera-se alfabetizado aquele que consegue ler e escrever. Quando se refere à habilidade de leitura e escrita, diz ler e escrever corretamente, não àquele processo mecânico da língua escrita. Alfabetizar significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita (escrever) e de decodificar a língua escrita e oral (ler).

Diante da complexidade e abrangência do tema da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é evidente que se trata de uma área de pesquisa que demanda análises profundas e soluções efetivas para enfrentar os desafios persistentes. A multiplicidade de teorias, perspectivas e abordagens apresentadas pelos renomados teóricos, como Soares (2008), Ferreiro (1991), Piaget (1987), Vygotsky (1998), e Freire (1983), destaca a riqueza e complexidade desse campo de estudo.

Nesse sentido, a psicóloga e pedagoga Emília Ferreiro desenvolveu a Teoria da Psicogênese da Escrita e propôs uma abordagem construtivista para o processo de aprendizagem da escrita; Jean Piaget defendia que o desenvolvimento cognitivo da criança é um processo gradual e contínuo, e que a alfabetização deve estar adequada ao estágio de desenvolvimento em que a criança se encontra.

A educadora e linguista Magda Soares é uma das principais referências no campo da alfabetização no Brasil e no mundo, possui uma vasta experiência em pesquisa e ensino na área de alfabetização e letramento. Suas contribuições incluem a defesa da abordagem socioconstrutivista para o ensino da leitura e escrita e a importância da compreensão dos processos cognitivos envolvidos na aprendizagem da linguagem escrita.

Na perspectiva de Soares (2003), "Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever

dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno". Com a afirmação de Soares de que a alfabetização vai além do simples aprendizado das letras e dos sons das palavras. É preciso que os alunos sejam ensinados a ler e escrever dentro de um contexto significativo, que tenha relação com suas experiências de vida e com o mundo ao seu redor. Dessa forma, a alfabetização se torna mais relevante e motivadora para os alunos.

Independentemente da abordagem adotada, é consenso entre os teóricos que a alfabetização é um processo complexo, que envolve diversos fatores, como o domínio da linguagem oral, o conhecimento prévio do mundo, a interação social, entre outros. Além disso, a alfabetização deve ser entendida como um processo contínuo, que se estende ao longo de toda a vida.

O tema escolhido justifica-se pela necessidade de compreender como ocorre o processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, considerando que a alfabetização é um processo fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, e é preocupante que muitos alunos ainda não tenham o domínio da leitura e da escrita nessa fase educacional.

Dessarte, o estudo e a análise sobre o funcionamento das escolas, as práticas pedagógicas adotadas pelos professores e o contexto social e familiar dos alunos são fundamentais para entender as causas dessa defasagem no processo de alfabetização. Com base nessas informações, é possível desenvolver estratégias e ações para melhorar o ensino e aprimorar o processo de alfabetização nas escolas públicas.

Portanto, essa pesquisa é importante para alunos, professores, gestores educacionais e para a sociedade como um todo, uma vez que a alfabetização é um processo fundamental para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais dos indivíduos. Além disso, melhorar a qualidade do ensino e aprimorar o processo de alfabetização nas escolas públicas é uma questão de justiça social e de promoção da igualdade de oportunidades para todas as crianças. Oliveira (1997, p. 62), ao tratar da teoria de Vygotski, cita que: "[...] na escola o aprendizado é um resultado desejável, é o próprio objetivo do processo escolar, a intervenção é um processo pedagógico privilegiado".

A questão problema desta pesquisa fundamenta-se em: "Como ocorre o processo de alfabetização e aprendizagem de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental?"

O objetivo geral deste trabalho é investigar

como ocorre o processo de alfabetização e aprendizagem em crianças nos anos iniciais.

A pesquisa teve por base os pressupostos da pesquisa bibliográfica, visto que objetiva apresentar conhecimentos baseados em diferentes visões de estudo, a partir de um conhecimento teórico já publicado. Nesse sentido, Tumelero (2019) afirma que “A pesquisa bibliográfica é um procedimento exclusivamente teórico, compreendida como a junção, ou reunião, do que se tem falado sobre determinado tema”.

## Metodologia

A metodologia utilizada para construção deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, que se revela como uma ferramenta fundamental para a compreensão aprofundada do tema. A revisão de literatura objetivou identificar e explorar as principais teorias e conceitos já desenvolvidos, proporcionando uma visão abrangente do panorama atual e revelando áreas que carecem de exploração.

Ao definir pesquisa bibliográfica, Sousa, Oliveira e Alves (2021) afirmam que:

A pesquisa baseia-se no estudo da teoria já publicada, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie do domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado. Na realização da pesquisa bibliográfica, o pesquisador tem que ler, refletir e escrever sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos. É essencial que o pesquisador organize as obras selecionadas que colaborem na construção da pesquisa em forma de fichas (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

Dessa forma, o levantamento e seleção de fontes abrangeram alguns tipos de matérias, como livros e artigos, além de acessos por meio de bases de dados acadêmicos e bibliográficos.

A análise crítica dos materiais selecionados foi conduzida, considerando a metodologia adotada pelos autores, evidências apresentadas e conclusões alcançadas, identificando convergências, divergências e lacunas nas abordagens existentes. A partir dessa análise, buscou-se identificar oportunidades de pesquisa que contribuam para o avanço do conhecimento na área da alfabetização, visando aprofundar compreensões, identificar questões não resolvidas e subsidiar propostas e estratégias eficazes.

## O CONTEXTO HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO

O processo de alfabetização foi introduzido no Brasil em 1549, com a chegada dos padres jesuítas no Período Colonial. Quando os membros da Companhia de Jesus chegaram às terras brasileiras, depararam-se com os indígenas, um povo cujo modo de vida diferia bastante daqueles que os portugueses conheciam. Os habitantes originais do país se comunicavam predominantemente por meio da oralidade, não tendo, ainda, desenvolvido a cultura da leitura e da escrita. Assim, os jesuítas assumiram a responsabilidade de introduzir tais habilidades.

É fato que seja por motivações particulares, como a conversão ao catolicismo, ou pelo anseio de ver esses povos se desenvolverem, a partir desse momento, começa a história da alfabetização nas terras brasileiras.

Por volta de 1550, durante o domínio dos jesuítas no período colonial, foi feito o primeiro registro de educação formal no país. O modelo de ensino adotado nessa época era fundamentado na religião, o que, para alguns críticos, era considerado negativo, uma vez que não respeitava a cultura e o conhecimento dos indígenas. Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759, as escolas chegaram a ter menos de 0,1% da população matriculada.

Em 1876, com o movimento de fundação da República, o Brasil fez a primeira tentativa de organização sistemática do ensino. Nesse sentido, este período marca a implementação dos primeiros métodos de ensino da leitura por meio do alfabeto. Essas abordagens fundamentam-se em técnicas de composição, ortografia e sílabas, utilizando ditado e transcrições. Nessa época, ler e escrever tornaram-se habilidades importantes, porque os analfabetos eram proibidos de votar.

É importante salientar que, nesse período, eram consideradas alfabetizadas as pessoas que sabiam escrever e ler o próprio nome. Para muitos, esta tarefa era impossível porque, neste caso, a maioria da população brasileira era pobre e não existiam leis que garantiam a todos o acesso à educação, então, a maneira mais simples de aprender o nome assumia uma importância significativa como um primeiro passo no processo de alfabetização.

A segunda etapa do processo de alfabetização teve início no final do século XIX, em São Paulo, por volta de 1890, quando professores que defendiam a importância da pedagogia e dos métodos analíticos entraram em confronto com grupos e defensores de abordagens artificiais mais tradicionais.

O método analítico era ensinado por meio de textos ou sentenças com sentido completo e só

depois as palavras, sílabas e letras eram apresentadas. Nesse período, surgiu o termo “alfabetização”, que era o ensino simultâneo da leitura e escrita. Antes o foco era o de ensinar as crianças a lerem, pois a escrita estava ligada à caligrafia.

A terceira fase da história do alfabetismo ocorreu na década de 1920, período de mudanças na educação brasileira. Essa etapa foi marcada pela psicologia científica do educador Manuel Lorenzo Filho. Com base nos resultados, foi criado um teste Á-BÊ-CÊ para avaliar o desempenho dos alunos e categorizá-lo em “fraco”, “moderado” ou “forte”. Os métodos sintéticos e analíticos foram considerados obsoletos quando utilizados isoladamente. Assim, surgiu o método misto, o qual utilizava parte de cada método (Oliveira, 2005 *apud* Amorim, 2019).

Em 1980, teve início a quarta fase da história do alfabetismo. Foi nessa época que surgiu o construtivismo atual, de Jean Piaget, indo contra a corrente dos métodos anteriores. O método do psicólogo suíço, que propõe a participação ativa dos alunos nas aulas, tem se fortalecido e está cada vez mais presente na realidade educacional brasileira. Porém, a desvantagem da difusão da perspectiva construtiva era que ainda não existia um método estruturado de ensino-aprendizagem, o que deve ser um dos fatores por trás do mau desempenho dos alunos hoje.

Embora o sistema educacional tenha se expandido nas últimas décadas, a proporção de crianças analfabetas ainda é muito elevada e a situação foi ainda piorada pela pandemia do coronavírus.

Segundo a Pesquisa por Amostra de Domicílios (*apud* Urânia, 2020), publicada pelo IBGE em 2019, existiam pelo menos 11,3 milhões de analfabetos com mais de 15 anos no Brasil, o que corresponde a 7% da população. Em todo o mundo mais de 750 milhões de pessoas também se encontram nesta situação, sem oportunidades pessoais e profissionais.

A educação ainda não pode ser considerada uma história com “final feliz”. A taxa média de analfabetismo no Brasil é maior nas regiões Nordeste e Norte, seguidas pelas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Além disso, em 2018, apenas 13 estados cumpriram parcialmente a meta de redução do analfabetismo estabelecida para 2015, que era de 6,5%. O objetivo final do Plano Nacional de Educação é erradicar o analfabetismo no Brasil até 2024.

A história do alfabetismo continua a se desenrolar diariamente nos lares e nas escolas de todo o país. É possível reverter a situação atual do

país, promovendo transmutações graças ao conhecimento de qualidade.

## CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO

Batista e Gomes (2018) definiram que o ato de alfabetizar enquadra-se no método pelo qual os alunos assumem o controle do ensino e da aprendizagem levando em consideração, principalmente, a prática da leitura e da escrita. Entretanto, é importante destacar que esse processo não ocorre única e exclusivamente em uma instituição de ensino. A prática da leitura existe no mundo moderno na busca constante pela compreensão e significado do cosmo. Nesse sentido, é imprescindível apresentar conceitos teóricos sobre o processo de alfabetização.

Na visão de Ferreira (2011), a alfabetização é definida como processo inicial da transmissão de leitura e escrita, ou seja, o ato de ler e escrever. A autora defende que alfabetização é um processo de desenvolvimento de uma prática que perdura por toda a vida, sofrendo mutações de acordo com épocas e culturas em que a criança está inserida, pois não é um estado concreto, mas um processo aprimorado.

Leal, Albuquerque e Morais (2010, p. 18) conceituam a alfabetização como “apropriação da escrita alfabética, ou seja, a compreensão por parte dos sujeitos e dos princípios que regem esse sistema notacional”. Tal compreensão significa que a alfabetização é a ação de alfabetizar, ensinar crianças, jovens e adultos a ler e escrever.

Nessa perspectiva, Goulart (2001) pressupõe que a alfabetização está relacionada ao ato de codificar os sons em letras, construindo a escrita e decodificando as letras, ligando-as aos sons que produzem, levando à leitura. Chegando, assim, ao processo de alfabetização que é a habilidade da escrita e da leitura. O autor apresenta a necessidade em transpor métodos que mantêm a concepção de sujeito e não se limita à gramática a fim de não inibir o desenvolvimento da alfabetização.

Desse modo, cabe trazer aqui o que consta em Goulart (2013):

Nas propostas de trabalho para alfabetizar na escola, a litania de textos, a litania de tudo – a repetição para ordenar, catequizar –, no interior de uma sociedade pensada unidiscursivamente, persiste em prevalecer. Apesar de propostas e parâmetros aparentemente inovadores, a concepção de unidade na diversidade, que se mantém, e o deslocamento das práticas para a

ênfase em novas categorias, como gêneros (do discurso?) continuam a agir para a submissão dos sujeitos pela negação do plurilinguismo de suas falas (Goulart, 2013, p.73).

Magda Soares determina que alfabetizar significa “levar à aquisição do alfabeto” ou a “habilidade de ler e escrever”. Para a autora, a alfabetização é “um conjunto de procedimentos que, fundamentados em teorias e princípios, orientam a aprendizagem inicial da leitura e da escrita” (Soares, 2017, p. 331). Contudo, “a alfabetização não se limita apenas a isso, alfabetizar é muito mais que apenas ensinar a codificar e decodificar” (Soares, 2017, p. 97).

Uma criança que mesmo antes de estar em contato com a escolarização, e que não saiba ainda ler e escrever, porém, tem contato com livros, revistas, ouve histórias lidas por pessoas alfabetizadas, presencia a prática de leitura, ou de escrita, e a partir daí também se interessa por ler, mesmo que seja só encenação, criando seus próprios textos “lidos”, ela também pode ser considerada letrada. (Soares, 2003, p. 43).

De maneira análoga à Magda Soares, Galuch e Sforzi (2009, p. 114) afirmam que “[...] aprender a escrever não se restringe à compreensão do sistema da escrita, uma vez que envolve também o domínio de aspectos discursivos e uma prática que privilegia a função social da escrita”. Os autores acreditavam que a alfabetização não era um simples processo de codificação e decodificação.

Em suma, os grandes pensadores da pedagogia defendem que o processo de alfabetização contém diversas técnicas e teorias fundamentais para a concretização deste aprendizado tão importante. Desse modo, na perspectiva Ferreiro (2011, p.30), ao compreender que qualquer informação tem que ser “[...] assimilada, e, portanto, transformada para ser operante, então teríamos que aceitar também que os métodos não oferecem mais do que sugestões, incitações, práticas de rituais ou conjunto de proibições”.

Segundo a autora, são falhos os métodos utilizados, pois não criam conhecimentos suficientes para formar leitores plenos. Dessa forma, a autora determina que não são os métodos que alfabetizam, são os próprios indivíduos que reconstruem o conhecimento sobre a língua escrita por meio das hipóteses que formulam (Ferreiro, 2011).

Na visão de Piaget (1987), a criança é vista

como sujeito ativo no processo de aprendizagem, que interage com os outros e com os objetos de conhecimento, num processo permanente de estruturação/reestruturação de esquemas mentais. O autor enfatiza a importância do desenvolvimento cognitivo, acreditando que as crianças passam por estágios sequenciais de construção do conhecimento. Na alfabetização, isso implica que a compreensão das letras e palavras deve ser adaptada ao estágio de desenvolvimento cognitivo da criança.

Por outro lado, Vygotsky (2000), acredita que a interação desempenha papel fundamental, pois a construção do conhecimento se dá por meio da interação da criança com o adulto ou com seus pares proficientes. Ele postula que “[...] o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia (Vygotsky, 2001).

Na perspectiva de Mortatti (2011), a alfabetização é tida como um instrumento de aquisição do saber, propiciando o esclarecimento, sendo de extrema importância para o convívio e desenvolvimento social. Na sociedade moderna, a alfabetização é um mecanismo político de cidadania e autonomia com grande relevância, fazendo com que ela seja um privilégio, não limitando a alfabetização ao ato do ensino da leitura e da escrita. Ser alfabetizado vai além de conhecer o código linguístico, saber as letras do alfabeto ou até ler e escrever algumas palavras.

## A ALFABETIZAÇÃO NO PONTO DE VISTA DA AUTORA EMÍLIA FERREIRO

Ao refletir sobre o desenvolvimento do indivíduo em relação à alfabetização, é importante recordar o trabalho de Emília Ferreiro, pois suas pesquisas são extremamente relevantes para a aquisição do conhecimento da leitura e escrita.

Em suas investigações, a autora destacou que os mecanismos de reinvenção da escrita são os mesmos para todas as crianças, independentemente de sua classe social. A pesquisadora também acredita que a criança tem facilidade para compreender a aprendizagem do conceito de escrita quando se dedica a esse processo.

A cientista Emília Ferreiro não desenvolveu nenhuma metodologia específica. No entanto, é responsabilidade dos educadores buscar auxiliar as crianças da maneira mais adequada para que elas possam aprimorar seus conhecimentos e, assim, incorporar essa prática encontrada à tese estudada e comprovada pela pesquisadora.

Realizar uma pesquisa sobre as contribuições de Emília Ferreiro e Ana Teberosky é de extrema importância para os educadores. Isso permitirá compreender como as crianças aprendem a ler e escrever, identificar e compreender os erros construtivos específicos das diferentes fases da infância e ter uma ideia de como estimular seus alunos, incitando-os a buscar o conhecimento por meio do conflito. Ou seja, é necessário auxiliar as crianças a transformarem seus métodos de adquirir conhecimento diante de um instrumento que inicialmente não era compreensível.

Na perspectiva de Ferreiro (1991):

Para ser assimilada, a informação deve ser integrada a um sistema previamente elaborado (ou a sistema em processo de elaboração), não é a informação, como tal, que cria conhecimento. O conhecimento é resultado da construção de um sujeito cognoscente conhecido (Ferreiro, 1991, p. 10).

Para que um educador seja reconhecido como um mediador, é imprescindível que ele possua entendimento das concepções que as crianças desenvolvem com relação à língua escrita e esteja apto a promover a desconstrução do pensamento durante a realização das atividades.

A “psicogênese da alfabetização” ocorre quando um indivíduo percorre um longo caminho e consegue se alfabetizar. E, nesse caso, a psicogênese é caracterizada pelos diferentes níveis de conhecimento do próprio indivíduo. Assim, todos os níveis estão associados a uma divisão de métodos, ideias e representações, determinadas pelas regras de integrações e intervenções num determinado nível.

Em cada nível, as crianças podem “organizar hipóteses” de acordo com as etapas da leitura e escrita, tendo em conta a sua compreensão sobre esses métodos (Ferreiro, 1991).

A seguir serão descritos os níveis conceituais da linguagem propostos por Emília Ferreiro e suas respectivas interpretações e suposições:

- **Nível Pré-silábico:** nesta fase, a criança encara a escrita como uma modalidade de expressão visual, sem estabelecer uma relação direta entre sons e letras. Ela acredita que a escrita representa objetos, não seus nomes; usa letras do seu nome ou letras e números na mesma palavra. Há variação na quantidade, posição e tipos de caracteres usados entre as palavras. A criança identifica uma palavra

pela sua letra inicial, lê de maneira global, individual e instável, pensando que, para ser lido um texto, a ideia é que as palavras tenham pelo menos três letras. Para a criança, não é preciso ligar os sons das palavras com as letras. Cada letra pode ser usada para representar a palavra toda, sem ter um som próprio. Geralmente, as crianças começam escrevendo só os nomes das coisas, porque é mais fácil para elas.

- **Nível Intermediário I:** nesta etapa, a criança enfrenta um conflito. Embora já esteja familiarizada e utilize alguns valores sonoros convencionais, assim como partes específicas de palavras, sua estabilidade na escrita se limita ao seu nome ou a palavras que tenha memorizado por interesse. Essa estabilidade não está diretamente ligada à compreensão estrutural do sistema de escrita. Há um início de desvinculação entre a escrita e as imagens, assim como a compreensão numérica. As hipóteses da quantidade mínima de caracteres e da variedade de caracteres são mantidas, mas a criança começa a perceber uma conexão entre a pronúncia e a escrita.
- **Nível Silábico:** nesta fase, a criança consegue contar as partes sonoras (sílabas) e atribuir uma letra para cada uma delas. Ela aceita palavras curtas, mesmo as de uma ou duas letras, embora com alguma hesitação, e usa uma letra para cada palavra ao formar uma frase. No entanto, ainda não entende claramente as categorias linguísticas, como artigo, substantivo, verbo, entre outras. Há uma melhoria na correspondência entre som e letra, embora não seja sempre constante. O ponto principal aqui é que a criança associa a escrita ao som, mostrando que entende que a escrita representa a fala. A criança pode ou não ter entendido completamente o som convencional das letras, mas já presume que a sílaba é a menor parte da língua. Nesse estágio, elas conseguem resolver temporariamente o desafio da escrita, mas eventualmente enfrentam a dificuldade da leitura. Saber escrever, sem conseguir ler o que foi escrito, vira um ponto crítico de conflito ao passar para o próximo nível.
- **Nível Intermediário:** este é outro ponto de desacordo, porque a criança precisa abandonar a ideia de dividir as palavras em sílabas. Isso marca a transição da ideia de sílabas para entender as letras diretamente. Nesse estágio, a criança

começa a adicionar letras principalmente à primeira sílaba e nota que palavras com sons parecidos têm letras parecidas. Aqui, temos duas maneiras de relacionar sons e letras: a silábica (onde uma letra representa uma sílaba, que é o som produzido por uma única vez de fala) e a alfabética (que envolve analisar os sons ou fonemas, que são os elementos sonoros da língua, e atribuir letras correspondentes). A criança entende que a escrita representa o som da fala e começa a criar escritas para palavras diferentes, seja só com vogais ou consoantes, sem se preocupar muito com a legibilidade. Nessa fase, ela começa a ler palavra por palavra.

- **Nível Alfabético:** neste estágio, a criança vai além dos limites do mundo e das coisas escritas. Agora ela consegue ler e escrever o que pensa e diz. Ela compreende a lógica fundamental da escrita, que é baseada no alfabeto, e sabe que cada caractere escrito corresponde a sons menores do que uma sílaba. Ela conhece o valor padrão de todas as letras, formando sílabas, palavras e frases, mas ocasionalmente ainda não separa a frase em fonemas e grafias. Ela entende que uma sílaba pode ter uma, duas ou três letras, podendo até omitir algumas letras ao misturar a abordagem silábica com a alfabética. No entanto, estar no nível das letras não significa necessariamente que ela saiba escrever corretamente, tanto em termos ortográficos quanto de vocabulário (Ferreiro, 2011).

## CONCEITOS DE APRENDIZAGEM

De acordo com Oliveira (2005 *apud* Amorim, 2019), a origem da palavra “aprendizagem” vem de “aprender”, palavra derivada do latim, *apprehendere*, cujo significado é “apoderar-se”. Etimologicamente, aprender é adquirir conhecimento e habilidades. Embora não seja um conceito complexo, mesmo sendo amplo, o indivíduo tem que modificar sua conduta tanto comportamental quanto intelectual para que se perceba um verdadeiro aprendizado, pois a aprendizagem é a posse de um conhecimento de algo com importância, que faça diferença nas atitudes do indivíduo de forma duradoura e consistente. Vários fatores contribuem para a aprendizagem como: a vivência, hereditariedade, crenças, costumes, valores, habilidades, atitudes, informações etc.

A aprendizagem acontece com a absorção da vivência tanto no ambiente escolar como na família e, também, no social. Em todos esses

ambientes há aprendizagem, pois não é só em sala de aula ou na escola que os indivíduos aprendem. É importante que haja socialização com outras crianças e adultos em outras situações, o que faz com que a aprendizagem se internalize, virando hábito recorrente na vivência.

No ambiente escolar, cabe ao professor ser um intermediador para que o aluno se aproprie da arte de aprender, sendo um facilitador desse aprendizado. O aluno precisa se sentir como protagonista desse processo, se deliciando com a aprendizagem, tornando isso um hábito prazeroso, pois isso pode ser registrado pelo inconsciente do indivíduo, positivamente ou negativamente, dependendo da experiência da criança, jovem ou adulto, pois a aprendizagem se dá no decorrer de toda a vida, em um constante processo.

O professor necessita ter um conhecimento rico do conteúdo, porém deve adotar uma abordagem simples e de fácil entendimento para o aluno, levando em conta o seu desenvolvimento intelectual, respeito pelo seu ritmo de aprendizagem; considerando tudo que foi aprendido pelo discente; estabelecendo a ligação entre o que o estudante já possui de aprendizado com o que está sendo ensinado; facilitando a comunicação que é um dos pilares para um processo de socialização.

Rousseau (1995) afirma que o adulto é quem corrompe a criança, levando em consideração o que é vivenciado. Dessa maneira, sua formação muda e é construída conforme vai aprendendo. O autor acredita que a primeira aprendizagem da criança leva em conta tudo o que foi assimilado pelo indivíduo desde o nascimento, tudo o que foi usado para que se torne um cidadão consciente e consequente.

Nesse sentido, Jean-Jacques Rousseau (1995) pressupõe que:

Quanto ao meu aluno, ou melhor, o da natureza, exercitado desde cedo a bastar-se a si mesmo na medida do possível, não costuma a recorrer sem cessar aos outros e menos ainda em exigir-lhes o seu grande saber. Em compensação, julga, prevê, raciocina em tudo que se relaciona de perto consigo. Não discursa, age; não sabe uma palavra do que se faz na sociedade, mas sabe muito bem o que lhe convém (Rousseau, 1995, p. 113).

Segundo Piaget (1975 *apud* Silva e Delgado, 2018), existem dois princípios principais para a aprendizagem que são: a busca pelo conhecimento e o objetivo deste conhecimento. Piaget acredita que o conhecimento se dá pela

organização e sistematização das informações, nas quais podem ser estruturados e explicados os fatos vivenciados pela criança, explorando o assunto que foi aprendido pelo aluno. O processo de organização, problematização e resolução do assunto abordado com autonomia, é denominado por Piaget de “abstração reflexiva ou construtiva”. Para o teórico, a autonomia no saber é o maior problema encontrado para a realização de ações.

Ainda por Piaget (1975 *apud* Silva e Delgado, 2018), o aprendizado é demonstrado nas crianças por meio da linguagem. Podendo assim ser observado o desenvolvimento cognitivo do código linguístico. Piaget se inspirava na teoria kantiana, a qual pressupõe que:

O processo de conhecimento implica, de um lado, a existência de um objeto a ser conhecido, que suscita a ação do pensamento humano e, de outro, a participação de um sujeito ativo capaz de pensar, de estabelecer relações entre os conteúdos captados pelas impressões sensíveis, a partir das suas próprias condições para conhecer, ou seja, a partir da razão (Palangana, 1998).

Enquanto Piaget defende a individualidade da criança, para Vygotsky a criança se desenvolve melhor trocando experiências.

De acordo com Vygotsky (1988), a aprendizagem também tem duas variáveis: o processo que é o conhecimento já obtido pelo aluno e o produto que é a junção do que o aluno já possui de conhecimento com os conteúdos ensinados em sala pelo professor, resultando em novos conceitos.

Segundo o autor, o aluno passa por dois tipos de desenvolvimento: o real ou afetivo, que é o ensinamento adquirido quando criança; e o nível de desenvolvimento iminente, que são problemas, os quais a criança precisa resolver com o auxílio de outras pessoas. O último é definido pelo teórico como a “zona de desenvolvimento proximal”.

Ademais, Vygotsky afirma que:

O que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos poderá fazê-lo amanhã por si só. A área de desenvolvimento potencial permitenos, pois, determinar os futuros passos da criança e a dinâmica do seu desenvolvimento e examinar não só o que o desenvolvimento já produziu, mas também o que produzirá no processo de maturação" (Vygotsky, 1988, p. 113).

Para Vygotsky o problema da aprendizagem

é a metodologia arcaica sem mudanças significativas nas técnicas de ensino. Nesse sentido, Dorin (1978) afirma que o professor necessita ter a visão e a sensibilidade para identificar como a criança está absorvendo esse aprendizado, o qual acontece de forma gradual, constante e contínua, investigando quais as dificuldades, o que a criança gosta, suas preferências e preconceitos.

Como define Jardim (2001, p. 66) “A aprendizagem é uma modificação na disposição ou na capacidade do homem, modificação que não pode ser retirada, pode ser simplesmente atribuída ao processo de e crescimento”. Essa é uma visão comportamentalista do processo de aprendizagem, na qual se observa uma alteração do comportamento do indivíduo, facilitando o convívio na sociedade em que está inserido.

Jardim (2001, p. 66) explana os elementos e fatores que possuem destaque, bem como alguma relação com a aprendizagem. Dentre eles estão:

- Os órgãos dos sentimentos, como o sistema nervoso central e os músculos, o sistema nervoso que é responsável por transformar em ações, alterando a natureza do processo organizacional da aprendizagem;
- Situações estimuladoras: são acontecimentos somados a fatores que estimulam os órgãos dos sentidos da pessoa que aprende por meio de estímulo (apenas um único fator). Nesta situação pode-se citar alguns elementos, como: comunicador, pessoas que possam transmitir conhecimento, como pais, professor ou outras pessoas do convívio; mensagem, que é o conhecimento transmitido ou adquirido; meio ambiente, que é lugar onde acontece a transmissão do conhecimento, onde a experiência da aprendizagem ocorre tendo a ligação entre seus fatores e elementos; resposta, que é resultado do estímulo vivenciado pelo indivíduo. Este último aspecto também recebe o nome de performance, pois é descrito com a função do efeito apresentado.

A aprendizagem ocorre em todos os lugares, não só com o auxílio de um professor. Pode-se desenvolver durante as brincadeiras, um jogo de futebol, idas ao supermercado, no intervalo da escola, na praça, na farmácia. É possível adquirir conhecimentos informais, como se comunicar de forma natural, o uso até mesmo da matemática, o que faz no seu dia a dia, ligando o aprendizado formal escolar ao seu cotidiano, tornando o aprendizado algo usual e palpável. Essa função da aprendizagem é tornar o indivíduo um cidadão que



faça diferença, e torne o mundo algo diferente. Essa mudança é o que dá sentido à aprendizagem.

O professor deve ter um cuidado com a individualidade de cada aluno, pois cada um apresenta um ritmo de desenvolvimento o que caracteriza a individualidade de cada ser. A partir daí, o professor tem uma maior capacidade para coordenar atividades didáticas para um grupo de alunos, mediando o aprendizado e fazendo a ligação com a realidade de cada um.

Para Perrenoud (2000, p. 25) o ensino diferenciado é a melhor solução para o aprendizado. O autor acredita em uma proposta pedagógica rica em desafios que possam ser resolvidos de diferentes formas, valorizando a conquista pessoal do aluno, aplicando a interação em grupo e incentivando a descoberta das soluções dos desafios, usando o erro como caminho para o acerto, levando o aluno a construir seu aprendizado. Dessa forma, é necessário “diferenciar o ensino e organizar as interações e atividades de modo que cada aluno se defronte constantemente com situações didáticas que lhe sejam as mais fecundas”.

Nas palavras de Drovét (2000), cada indivíduo tem seu próprio aprendizado, pois ninguém pode aprender pelo outro, o aprendizado é uma conquista individual e cumulativa, pois o conhecimento de hoje leva a outro conhecimento. “Em cada nova aprendizagem o indivíduo reorganiza suas ideias, estabelece as relações entre as aprendizagens anteriores e as novas” (Drovét, 2000, p. 8).

Desse modo, o autor também cita fatores fundamentais para que ocorra uma aprendizagem adequada dentre esses fatores estão:

- Saúde física e mental: a criança deve apresentar uma boa saúde mental e física para que seja capaz de aprender. Para aprender, a criança não pode ter nenhuma deficiência, disritmia ou mal-estar como febre ou dores de cabeça;
- Motivação: a criança tem que querer aprender, estar disposta ou ser incentivada a adquirir conhecimento;
- Prévio domínio: aproveitamento dos conhecimentos já adquiridos pela vivência no seu dia a dia;
- Maturação: a aprendizagem decorrente da interação entre hereditariedade e o ambiente;
- Inteligência: é a capacidade de raciocinar para resolver problemas;
- Concentração: a capacidade de concentração tornará a aprendizagem

muito mais fácil;

- Memória: todo conhecimento que é armazenado em alguma parte do cérebro.

Tendo em vista todos esses fatores, cabe ao professor a busca constante de métodos e recursos para que a aprendizagem ocorra. O educador deve ficar atento a essas condições no intuito de evitar fracassos, reprovações e evasões. Como afirma Drovét (2000, p.93): “Muitas crianças falham ao tentar atingir um padrão adequado de alfabetização. Muitas delas permanecem analfabetas, tornando-se não só um problema escolar, mas, a longo prazo, um problema social”.

Tânia Zagury (2006) acredita que o desenvolvimento se dá pela aprendizagem, quando o indivíduo só se apropria do conhecimento por meio das experiências dele com o ambiente.

Sabendo e respeitando o tempo de aprendizagem de cada aluno, com suas particularidades, abusando das metodologias e técnicas de ensino é possível que o professor consiga realizar um ensino de qualidade. O professor deve realizar constantes revisões e atividades que sanem as dúvidas e dificuldades dos alunos, com o objetivo de uma aprendizagem para todos. Dessa forma pode-se perceber que “O ensino visa estimular, dirigir, incentivar, impulsionar o processo de aprendizagem dos alunos” (Libâneo, 1994, p. 90).

Na visão de Libâneo (1994), a aprendizagem não deve ser uma prática mecânica, não tem uma receita que pode ser usada em todos os alunos, pois cada um tem particularidades, e, para a evolução do aprendizado do aluno, o professor tem que estar preparado para os desafios e adversidades encontrados no processo de mediação da aprendizagem para que a evolução do aluno seja duradoura ou permanente.

#### FATORES RELATIVOS À APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Na instituição educacional, a falta de um entendimento claro sobre o diagnóstico das dificuldades de leitura e escrita pode resultar em distorções na identificação dessas questões e na implementação de estratégias de intervenção. Isso, por sua vez, pode contribuir para a perpetuação do fracasso escolar, da segregação e da exclusão de alunos que enfrentam tais desafios. Para evitar esse cenário, é fundamental que os educadores estejam adequadamente capacitados para lidar com essas dificuldades Vygotsky (2001).

Ferreiro e Teberosky (2000) afirmam que as dificuldades de leitura e escrita têm raízes históricas, e um diagnóstico eficaz deve analisar

todos os aspectos que contribuem para a manifestação dessas dificuldades.

A leitura é uma condição essencial para compreender o mundo, os outros, as próximas experiências e a necessidade de se inserir no universo da escrita. Portanto, é imperativo que o aluno desenvolva habilidades linguísticas que vão além da simples decodificação de palavras. A leitura deve capacitá-lo a compreender não apenas o conteúdo explícito, mas também as entrelinhas, proporcionando experiências que o levem a assimilar não apenas o "o quê", mas também o "como" e o "para quem" do texto.

A prática da leitura pode assumir diversas formas, mas o leitor, com base em seus interesses, motivações e vontades, é quem molda esse hábito. Ler envolve considerar a influência do ambiente, bem como a posição do leitor em relação a instrumentos como lápis, dicionário e livros que auxiliam na compreensão.

Conforme destacado por Martins (2007, p. 85), "cada pessoa precisa encontrar sua própria maneira de ler e aprimorá-la para tornar a leitura cada vez mais gratificante". Acredita-se que a leitura seja de importância crucial na aprendizagem e desenvolvimento, estimulando o raciocínio, enriquecendo o vocabulário e promovendo a interação com o mundo e com outros indivíduos.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental ao buscar compreender o desenvolvimento das competências de leitura e escrita na criança, influenciando positivamente esse processo. Dessa forma, a criança perceberá a leitura como um instrumento motivador e desafiador, capaz de transformá-la em um sujeito ativo e responsável por sua própria aprendizagem.

Para que uma criança, ou mesmo uma pessoa na fase adulta, desenvolva habilidades de leitura, é essencial que ela se sinta capaz de compreender o texto que está diante dela, seja de maneira autônoma ou com o auxílio de pessoas mais experientes, conforme apontado por Vygotsky (2001). Dessa forma, o interesse pela leitura surge, é instigado e cultivado em diversas situações, dependendo do entusiasmo e da apresentação que o professor proporciona durante uma leitura específica, bem como das oportunidades que ele é capaz de explorar.

É crucial destacar que uma sequência rotineira de leitura pode tornar-se pouco motivadora para os alunos, especialmente se ela se tornar previsível e monótona. Além disso, os materiais utilizados como suporte para a leitura devem ser atrativos, estimulando atitudes de interesse e cuidado por parte dos leitores. Nesse contexto, Silva (1992, p. 57) destaca que "bons

livros podem ser presentes valiosos, proporcionando grande prazer e conhecimento. Descobrir estes sentimentos desde a infância pode representar uma conquista significativa para toda a vida".

A construção do interesse e do hábito pela leitura é um processo contínuo que tem início desde cedo, no ambiente doméstico, que se aprimora na escola e perdura ao longo da vida. Um fator crucial para esse desenvolvimento é a "atmosfera literária" presente em casa, conforme apontado por Bamberguerd (2000). Uma criança que é exposta desde cedo a histórias, que tem acesso direto a livros e é estimulada, desenvolverá um vocabulário favorável e uma prontidão natural para a leitura.

No entanto, é importante destacar que o conhecimento atual sobre o processo de leitura desaconselha o ensino baseado apenas na decodificação. Pelo contrário, é fundamental proporcionar às crianças inúmeras oportunidades para aprenderem os procedimentos utilizados por bons leitores. Uma prática consistente de leitura na escola envolve trabalhar com a diversidade de objetivos, modalidades e textos que caracterizam as práticas de leitura consideradas essenciais, incluindo a organização de momentos para leituras livres, nos quais os professores também leiam para si mesmos.

No entanto, é crucial que as crianças vejam seus professores como modelos exemplares. Um educador que mergulha no universo das histórias, mantém uma relação prazerosa com a leitura e, genuinamente, aprecia o ato de ler desempenha um papel essencial no processo educacional (Martins, 2007). Ao analisar os elementos que compõem o aprendizado dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, é evidente que os conceitos de leitura e alfabetização estão inseparavelmente ligados. Atualmente, esses termos permanecem inteiramente interligados e continuarão a ser, considerando que a base do processo de leitura é uma alfabetização bem elaborada no ensino infantil.

É sabido que, em alguns casos, as crianças podem não desenvolver afinidade pela leitura. Portanto, é imperativo que os responsáveis por sua educação estejam atentos, trabalhando para tornar a leitura uma experiência prazerosa e destacando sua importância no mundo contemporâneo. Dentro desse entendimento, Souza (1992, p. 7) destaca: "a leitura é, essencialmente, o ato de perceber e atribuir significados por meio de uma combinação de fatores pessoais com o momento e o lugar".

Entretanto, esse processo leva o indivíduo a uma compreensão singular da realidade. Assim, o grande desafio reside na necessidade de buscar e

criar mecanismos que despertem o interesse pela leitura. Ao selecionar textos, é vital que o professor tenha cautela, pois as crianças precisarão extrair não apenas a ideia central, mas também confirmar o tema por meio da linguagem utilizada.

Portanto, o texto escolhido pelo professor deve não só ter a ideia central claramente delineada, mas também estar em sintonia com o nível intelectual e de maturidade das crianças. Além disso, deve atender aos seus interesses, vivências, cultura e, por fim, ao seu contexto socioeconômico e cultural. É igualmente relevante dialogar com as crianças, incentivando a discussão sobre o conteúdo do texto e a troca de ideias sobre os personagens (Soares, 1998).

É inegável que crianças cujos pais incorporam a leitura em suas rotinas diárias, folheando revistas, assinando cheques, lendo correspondências e utilizando a internet, têm uma propensão maior a desenvolver o gosto pela leitura. Isso se contrasta com aqueles cujos pais são analfabetos, possuem baixa escolaridade ou não cultivam o hábito da leitura. Portanto, o acesso precoce ao mundo da leitura e da escrita é uma maneira eficaz de mitigar as discrepâncias sociais e econômicas. Nesse sentido, a escola deve reconhecer as diversas experiências trazidas pelas crianças, proporcionando-lhes contato com uma ampla gama de textos e respeitando seu conhecimento linguístico.

Para que as crianças tenham interesse e curiosidade pela leitura é fundamental que o professor sugira leituras e atividades envolventes e sequenciais que melhor beneficiam a participação das crianças levando-as à compreensão do significado das palavras. Isso só será possível meditando sobre práticas de alfabetismo que estimulam a leitura e a escrita levando-os ao prazer de ler sempre e, assim, aprenderem a escrever por si próprios.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p.151):

Diz-se que um ambiente é alfabetizador quando promove um conjunto de situações de usos reais de leitura e escrita nas quais as crianças têm a oportunidade de participar. Se os adultos com quem as crianças convivem utilizam a escrita no seu cotidiano e oferecem a elas a oportunidade de presenciar e participar de diversos atos de leitura e de escrita, elas podem, desde cedo, pensar sobre a língua e seus usos, construindo ideias sobre como se lê e como se escreve (Brasil, 1998, p. 151)

Nesse sentido, o ato de alfabetizar só será

alcançado quando o aluno compreender, ler, escrever, interpretar e desenvolver textos fáceis ou difíceis com eficiência e qualidade. Este método começa durante a alfabetização e perdura por toda a vida. E, para que esse método realmente funcione, os alunos precisam de mediadores capazes de facilitar um trabalho prazeroso, contextualizado e, principalmente, muito bem planejado. Vale ressaltar que, em muitos casos, as crianças não conseguem controlar suas aptidões de leitura e escrita e a responsabilidade recai sobre a família e seu desinteresse. Porém, isso se faz necessário ao professor quando ele percebe que alguns alunos não estão conseguindo

Durante o processo de aprendizagem podem ser fornecidas ferramentas para resolver esses problemas. Também é de grande valia que o educador se avalie, levando em consideração sua prática docente, pois muitas vezes o aluno é considerado um ser que “nunca aprende”, causando graves insatisfações e traumas ao longo de sua vida. Portanto, as crianças que apresentam essas dificuldades de aprendizagem devem ser assistidas por um profissional formado nesta área, que é o psicólogo educacional, pois, graças à análise que será realizada e com os resultados obtidos, o profissional desenvolverá um melhor caminho para que essas crianças possam avançar ainda mais no seu aprendizado.

Assim sendo, é essencial criar estratégias pedagógicas que facilitem a aquisição de métodos diversificados no processo de alfabetização. Acredita-se que situações de leitura favorecem a aprendizagem das crianças, permitindo que se sintam compreendidas e compreendam aquilo que estão lendo.

O acesso ao conhecimento teórico possibilita ao professor a conexão entre teoria e prática, fomentando a criação de novos saberes construídos a partir de sua própria realidade. De acordo com a teoria de Vygotsky (2001), o professor deve dominar sua atividade, já que a instrução escolar se desenrola em funções psicológicas que ainda não amadureceram completamente. Ao orientar uma tarefa e guiar o aluno em sua execução, ocorre uma aprendizagem que impulsiona o desenvolvimento cognitivo.

Assim, não há um paralelismo direto entre ensino e desenvolvimento. Em vez disso, existe uma relação dialética complexa, com o ensino desempenhando um papel estimulador e sempre à frente do desenvolvimento. O professor deve assimilar esses conteúdos para promover efetivamente o desenvolvimento do aluno. Portanto, a formação do professor deve incluir espaços para a aquisição de novos conhecimentos, discussões com colegas e reflexão sobre práticas pedagógicas, visando

superar os desafios encontrados.

Tendo como problemática o desafio da aprendizagem nos dias atuais, com vários fatores a começar pelo contexto família, vulnerabilidade social e os distúrbios de aprendizagem, o professor ou o pedagogo precisa estar bem-preparado para receber esse aluno e utilizar vários meios de ensino, com uma metodologia clara e simples, mas que faça sentido para a criança, sem deixar de fazer a ligação com o que a criança tem de bagagem do meio em que ela está inserida. Segundo Ferreira e Marturano (2002, p. 39) “crianças provenientes de famílias que vivem com dificuldades econômicas e habitam em comunidades vulneráveis, tendem a apresentar mais problemas de desempenho escolar e de comportamento”.

## PAPEL DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

O professor alfabetizador tem um papel de arquiteto do conhecimento, é responsável por guiar os alunos pelos caminhos da leitura e escrita. Seu papel transcende a mera transmissão de letras e sons, estendendo-se à formação de indivíduos autônomos, críticos e socialmente engajados, transmitindo também conhecimento envolvendo aspectos emocionais, sociais e éticos.

O sistema educacional demonstra progresso em relação ao papel do professor como mediador da aprendizagem. Nesse sentido, é importante apresentar o contexto histórico relacionado às práticas pedagógicas, teorias, métodos e legislações.

No período do Brasil Colônia (1500-1889), o ensino era basicamente ministrado pelos jesuítas, os quais lecionavam aulas, em sua maioria para burguesia, e o papel do professor alfabetizador era basicamente voltado para a catequização e transmissão de valores religiosos muito limitados. As práticas pedagógicas eram autoritárias, centradas na memorização e na repetição. Os professores alfabetizadores, muitas vezes padres, desempenhavam um papel central na transmissão do conhecimento.

Na República Velha (1889-1930), criou-se o curso normal, que ainda era de acesso restrito, e os professores alfabetizadores eram formados nas escolas normais, mas o enfoque era mais técnico do que pedagógico. As práticas pedagógicas ainda eram tradicionais, com destaque para a memorização e a repetição. A valorização do magistério começou a ganhar destaque, mas as condições de trabalho eram frequentemente precárias.

Na Era Vargas (1930-1945), houve um aumento no investimento em educação e a criação

do Decreto nº 19.890/31 que estabeleceu as diretrizes para a formação de professores, e as escolas normais foram fortalecidas. Nesse período, a alfabetização começou a ganhar mais destaque nas políticas educacionais. A criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943 também impactou a profissão de professor, proporcionando direitos trabalhistas.

Houve uma ampliação da formação de professores, com a criação de mais escolas normais. No entanto, a ênfase estava mais na quantidade de professores do que na qualidade da formação. Houve uma ênfase na educação como instrumento de construção nacional. As práticas pedagógicas começaram a incorporar métodos mais modernos, mas a formação de professores ainda era mais técnica do que pedagógica. O ensino continuou a ser centralizado e autoritário.

O presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961, no contexto do Plano de Metas de JK, esforçou-se para expandir a educação e a formação de professores. A Campanha Nacional de Educação, lançada em 1955, buscava a erradicação do analfabetismo. O método proposto para utilização foi o método Paulo Freire de Alfabetização, no qual o professor passava de figura principal em sala para um instrumento de direcionamento do conhecimento, valorizando o diálogo e a participação ativa do aluno no processo de alfabetização conscientizadora. Os alunos não apenas aprendiam a ler e escrever, mas também eram incentivados a refletir criticamente sobre a sociedade em que viviam. A ideia era criar cidadãos críticos e participativos.

O material didático utilizado no Método Paulo Freire era criado de forma a estimular o diálogo entre educadores e educandos. Cartazes, palavras geradoras, e outras ferramentas eram desenvolvidos de maneira a promover a interação e a construção conjunta do conhecimento. O método foi especialmente aplicado em programas de alfabetização de adultos, visando atender a população que não teve acesso à educação formal. A flexibilidade do método e sua ênfase na realidade concreta tornaram-no adequado para esse contexto.

É importante observar que, embora o Método Paulo Freire tenha sido utilizado durante o governo de Juscelino Kubitschek, ele ganhou mais destaque nas décadas seguintes, especialmente durante os anos 1960 e 1970 fora do país, pois aconteceu no Brasil a Ditadura Militar.

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), houve uma ênfase na educação técnica e profissionalizante em detrimento da formação mais ampla. O governo investiu em programas de alfabetização de adultos, mas o contexto político dificultou a formação de

professores voltados para uma educação crítica. A educação básica passou por um processo de massificação, mas a qualidade muitas vezes foi comprometida. A formação de professores ainda era vista como técnica e havia uma influência do regime militar nas práticas pedagógicas. Houve uma diminuição do papel crítico do professor na sala de aula. As práticas pedagógicas eram marcadas por uma abordagem mais autoritária, com um controle restrito do conteúdo ensinado. A liberdade acadêmica foi limitada.

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 trouxeram mudanças significativas para a educação no Brasil. Houve novamente uma valorização da formação de professores, com a exigência de nível superior para o exercício do magistério. Surgiram cursos específicos para a formação de professores alfabetizadores. Com a redemocratização, houve uma revisão das práticas pedagógicas autoritárias usadas durante a ditadura.

Os documentos legais promoveram uma visão mais inclusiva e participativa da educação. As práticas pedagógicas começaram a enfatizar uma abordagem mais crítica e participativa, com foco no desenvolvimento integral do aluno. Aqui o método Paulo Freire começou a ser mais difundido e o professor alfabetizador começa a ter a função de mediador, fazendo do seu aluno um ser mais participativo, prezando o diálogo. O professor passa a levar mais em consideração a vivência do aluno.

A formação de professores alfabetizadores no Brasil reflete não apenas as transformações na área educacional, mas também as mudanças sociais e políticas ao longo dos anos, pois as políticas públicas refletem e atingem diretamente o setor da educação no país. O desafio atual no Brasil consiste em continuar aprimorando os métodos de ensino e promovendo condições adequadas para que os professores exerçam seu papel de maneira eficaz no processo de alfabetização.

Ao professor alfabetizador cabe reconhecer que cada aluno é único, trazendo consigo uma bagagem diversificada de experiências e habilidades. Reconhecendo essa diversidade e adotando práticas de ensino personalizadas, ajustando sua abordagem para atender às necessidades individuais de cada estudante.

A personalização do ensino é essencial para superar desafios específicos e promover um aprendizado mais eficaz. Além do desenvolvimento cognitivo, o professor desempenha um papel crucial na construção de habilidades sociais. A interação na sala de aula é uma oportunidade para cultivar valores como

respeito, colaboração e empatia. O professor modela comportamentos sociais positivos, criando um ambiente inclusivo e solidário.

O processo de alfabetização vai além da decodificação de letras e palavras. O educador incentiva a criatividade e a imaginação, utilizando histórias envolventes, atividades artísticas e jogos que transformam a aprendizagem em uma jornada emocionante. Ao conectar a leitura e a escrita à expressão criativa, o professor enriquece a experiência educacional.

O educador reconhece a importância da parceria com os pais ou responsáveis. Comunicar-se regularmente, compartilhar progressos e desafios, envolver os familiares no processo educacional fortalece a colaboração entre escola e casa. Essa parceria é vital para proporcionar uma base sólida no desenvolvimento da leitura e escrita.

O campo da alfabetização está em constante evolução, com novas pesquisas e abordagens pedagógicas emergindo regularmente. O professor alfabetizador busca a atualização profissional contínua, participando de cursos, workshops e integrando as últimas descobertas da educação à sua prática. Esse comprometimento com o aprendizado constante garante que as estratégias de ensino estejam alinhadas com as melhores práticas contemporâneas.

Ao alfabetizar, o professor também forma cidadãos. Ele instiga a consciência crítica, incentivando os alunos a questionarem, refletirem e participarem ativamente da sociedade. O professor alfabetizador compreende que a educação vai além do domínio das letras; é um instrumento poderoso para a construção de uma sociedade mais justa e informada.

Em suma, o papel do professor alfabetizador transcende a simples transmissão de conhecimento técnico. Ele é um guia, um inspirador e um construtor de pontes para um mundo de possibilidades. Ao moldar a experiência de aprendizagem, o professor alfabetizador deixa uma marca duradoura na vida de seus alunos, capacitando-os não apenas a ler e escrever, mas a explorar, questionar e contribuir para o mundo ao seu redor.

Desse modo, o educador atua como um facilitador do processo de aprendizagem, criando um ambiente estimulante que desperta a curiosidade e o interesse pela linguagem escrita. Seu desafio é transformar a sala de aula em um espaço de descobertas, onde as palavras ganham vida e as histórias se desdobram.

## MÉTODOS SINTÉTICOS

Os métodos sintéticos de alfabetização fundamentam-se na abordagem da construção gradual da leitura, partindo de unidades menores, como letras, fonemas ou sílabas, para, posteriormente, compor palavras e textos mais complexos. Essas abordagens têm como objetivo principal desenvolver a habilidade dos alunos em associar os sons das letras ou grupos de letras às suas respectivas representações gráficas, promovendo, assim, a compreensão do código escrito.

Dentro do espectro dos métodos sintéticos, destaca-se a contribuição de estudiosos como Emília Ferreiro e Ana Teberosky (2000), cujo trabalho tem relevância significativa no campo da alfabetização. Suas propostas e estratégias incluem a exploração da relação entre letras e sons, a decomposição das palavras em unidades menores, e a posterior reconstrução dessas unidades em palavras completas. Esse processo gradual visa fornecer aos alunos as ferramentas necessárias para decodificar e compreender o sistema alfabético.

O método sintético enfatiza a importância da análise fonética, ou seja, do reconhecimento dos sons individuais que as letras representam. Os alunos aprendem a combinar esses sons para formar sílabas e, conseqüentemente, palavras. Essa abordagem é particularmente útil para estabelecer uma base sólida na correspondência entre grafemas (letras) e fonemas (sons), permitindo que os alunos desenvolvam habilidades de leitura mais autônomas e fluídas.

É válido ressaltar que, embora os métodos sintéticos possam oferecer uma estrutura clara e sequencial para o ensino da leitura, a abordagem pedagógica eficaz muitas vezes envolve a combinação de elementos de diferentes métodos, levando em consideração as necessidades individuais dos alunos e as características do contexto educacional.

Piaget, era psicólogo e biólogo e tinha inúmeras curiosidades. Uma delas era investigar como as crianças constroem o raciocínio. Partindo desse pressuposto, para Piaget o “erro” não era algo visto de forma ruim, o erro fazia parte do desenvolvimento da criança, era visto como uma oportunidade de realinhar os conhecimentos já adquiridos com as novas descobertas, desenvolvendo novas linhas de raciocínio, aprimorando o conhecimento.

## MÉTODOS ANALÍTICOS

O debate sobre a melhor abordagem para a alfabetização sempre foi um tema central na

educação. Diversos autores renomados contribuíram para essa discussão, fornecendo diversas percepções valiosas sobre os prós e contras dessa abordagem. Silva e Oliveira (2019) afirmam que o método analítico é o oposto ao método sintético. O método analítico se fundamenta na compreensão global da linguagem.

O filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau, abordou a educação em sua obra “Emílio, ou Da Educação” (1757 a 1762). Rousseau defendia que o método analítico, ao permitir que a criança visse a palavra em seu contexto, promovia uma aprendizagem mais orgânica.

O educador e filósofo americano John Dewey, defendia a aprendizagem pela experiência. Ele argumentava que “a leitura, como toda aprendizagem significativa, envolve ativamente a criança na exploração de seu ambiente”. Dewey via o método analítico como uma maneira de envolver os alunos na descoberta, relacionando a leitura à compreensão do mundo ao seu redor.

A pedagoga italiana Maria Montessori, conhecida por sua abordagem centrada na criança, também se manifestou sobre métodos de alfabetização. Ela enfatizava a importância de “atividades que envolvam a criança com a linguagem” e incentivava o uso de palavras em contextos significativos. Sua perspectiva alinhava-se ao método analítico, destacando a compreensão global.

O psicólogo russo Lev Vygotsky contribuiu com a teoria sociocultural, enfatizando a importância da interação social na aprendizagem. Ele via a linguagem como um instrumento social e defendia que “o ensino deveria ser orientado para a zona de desenvolvimento proximal”. No contexto do método analítico, isso sugere que a aprendizagem deve ser adaptada ao nível de compreensão do aluno.

O psicólogo e teórico da educação Jerome Bruner enfatizava a importância da narrativa na aprendizagem. Ele argumentava que “a estrutura da narrativa é a estrutura da mente humana”. Sob a perspectiva analítica, a narrativa pode ser uma ferramenta poderosa para contextualizar o aprendizado da leitura.

Em síntese, essas perspectivas de renomados pensadores destacam a riqueza do método analítico na alfabetização. Ao permitir uma compreensão global da linguagem, este método busca construir uma base sólida para a leitura, alinhando-se com princípios pedagógicos que valorizam a experiência, a interação social e a compreensão significativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização é um tema de estudo há muitas décadas e vem sendo continuamente aprimorada ao longo dos anos. Desde o final do século XIX e início do século XX, surgiram diversos métodos de alfabetização, como o método sintético, o método analítico, o método fônico, entre outros. Nos últimos anos, a compreensão dos processos cognitivos envolvidos na aprendizagem da leitura e da escrita se aprofundou, permitindo o desenvolvimento de novas abordagens de ensino, como a abordagem socioconstrutivista e a abordagem interacionista. Além disso, a tecnologia também tem sido utilizada para aprimorar o processo de alfabetização, por meio de jogos educativos, softwares de leitura e escrita, entre outros recursos. Tudo isso contribui para uma constante evolução na compreensão e no ensino da alfabetização.

As teorias de Magda Soares, Emília Ferreiro, Jean Piaget, Levi Vygotsky e Paulo Freire destacaram a necessidade de uma abordagem contextualizada e significativa, alinhada às teorias construtivistas, como a de Ferreiro, que propõe uma psicogênese da escrita. A influência de Piaget, Vygotsky e Freire foi evidente na compreensão de que o desenvolvimento cognitivo, o contexto social e a participação ativa do educando são fundamentais para um processo efetivo de alfabetização na vida dos alunos, tornando o processo de alfabetização mais relevante e motivador.

Infelizmente, é verdade que muitas crianças nos anos iniciais da educação básica não possuem ainda o domínio da leitura e da escrita. Isso pode ocorrer por diversos motivos, como a falta de estímulos adequados em casa, a falta de estrutura das escolas e a falta de formação

adequada dos professores.

É importante lembrar que o processo de alfabetização é complexo e envolve uma série de habilidades e conhecimentos. Não se trata apenas de ensinar as letras e os sons das palavras, mas também de desenvolver a compreensão da linguagem escrita, a capacidade de interpretar textos e de produzir textos próprios.

Para que as crianças possam se alfabetizar adequadamente, é importante que as escolas ofereçam um ambiente adequado e estimulante para o aprendizado, com professores bem-preparados e recursos pedagógicos adequados. Além disso, é fundamental que a família também se envolva no processo de alfabetização, oferecendo estímulos e apoio aos filhos em casa.

Diante dessa demanda, dentro das escolas, faz-se necessário que os educadores e toda a equipe docente escolar estejam em alinhamento apresentando as melhores estratégias de ensino, para que esse aluno consiga ler, escrever, identificar os sons das letras e o que elas representam de forma simples e clara. Ou seja, não há um método específico dentro do processo da alfabetização. O que ficou evidente perante a pesquisa é que cada criança aprende no seu tempo e que nem todo método é o certo para aquela criança, isso vai depender de variados fatores.

Portanto, cabe aos sujeitos envolvidos no processo de alfabetização fornecer subsídios para aprimorar práticas educacionais, promovendo a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pleno das habilidades cognitivas e sociais das crianças.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste curso.

Agradeço ao meu esposo e aos meus filhos, que sempre me apoiaram e estiveram comigo neste processo.

Agradeço as minhas professoras por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência que guiaram meu aprendizado.

Agradeço as minhas colegas de turma por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo companheirismo ao longo destes anos.

Agradeço especialmente a dona Francisca Ferreira Cassino, minha avó, que hoje infelizmente não está mais entre nós. "Vó, este trabalho eu dedico à senhora. Obrigada por todos os ensinamentos!".

*Samara Ferreira Souza.*

Agradecemos a oportunidade de desenvolvermos este projeto juntas. A nossa parceria foi o combustível para alcançarmos nosso objetivo.



## Referências:

ALFABETIZAÇÃO no Brasil: como estão os números em nossa escola?. Projeto Urânia, 2020. Disponível em: <https://horario.com.br/blog/alfabetizacao-no-brasil-como-estao-os-numeros-de-nossas-escolas/>. Acesso em: 10 out. 2023.

AMORIM, Americo N. Desenvolvimento cognitivo, Vygotsky e o aprendizado na alfabetização. Escribo, 2019. Disponível em: <https://escribo.com/2019/03/28/desenvolvimento-cognitivo-e-aprendizado>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BAMBERGUERD, Marlene. Alfabetizar e letra: um diálogo entre a teoria e a prática. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BATISTA, Maria Gracilene dos Santos; GOMES, Pabiane Dias. A importância do letramento no processo de alfabetização: um olhar crítico sobre as metodologias de ensino. In: VII Encontro Nacional das Licenciaturas, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2018/443-54952-3011-2018-183548.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Alfabetização de jovens e adultos é debatida em encontro com gestores em Brasília. Ministério de Educação, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/5#:~:text=Estar%20alfabetizada%20significa%2C%20ao%20final,assuntos%20familiares%20ao%20seu%20universo>. Acesso em: 12 out. 2023

\_\_\_\_\_. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério de Educação e do Desporto, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 03 nov. 2023.

DORIN, Lannoy. Psicologia educacional. São Paulo: Editora do Brasil, 1978

FERREIRA, Marlene de Cássia. Trivellato.; MARTURANO, Edna Maria. Ambiente familiar e os problemas de comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/CnSXwhwTkSGmnsLsTp4v6zC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2023.

FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. Tradução: Sara Cunha Lima, Marisa do Nascimento Paro. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOULART, Cecília Maria Aldigueri. Letramento e polifonia: um estudo de aspectos discursivos do processo de alfabetização. Revista Brasileira de Educação, n. 18, p. 5-21, set./dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Política como ação responsiva – breve ensaio sobre educação e arte. In: FREITAS, Maria Teresa (org.). Educação, arte e vida em Bakhtin. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 69-93.

JARDIM, Wagner Rogério de Souza. Dificuldades de aprendizagem no ensino fundamental. São Paulo: Loyola, 2001.

LEAL, Telma Ferraz.; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correa de Albuquerque; MORAIS, Artur Gomes. Alfabetizar letrando na EJA. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, Elisa. Ler na escola: porque é preciso ir além dos questionários e resumos para criar o hábito da leitura entre alunos e professores. Revista Nova Escola, São Paulo, n. 234, p. 48-53, ago. 2007.

- MORTATTI, Maria do Rosário. Alfabetização no Brasil uma história de sua história. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotsky. Aprendizado E Desenvolvimento. Um Processo Sócio-histórico. São Paulo: Editora Scipione, 1997.
- PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. 2. ed. São Paulo: Plexus, 1998.
- PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. São Paulo: Artmed, 2000.
- PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou Da Educação. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SFORNI, Marta Sueli de Faria; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. Apropriação de instrumentos simbólicos: implicações para o desenvolvimento humano. Educação, [S. l.], v. 32, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revis-taseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5140>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- SILVA, Eva Alves da; DELGADO, Omar Carrasco. O processo de ensino-aprendizagem e a prática docente: reflexões. Revista Espaço Acadêmico, Capixaba da Serra, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <revista-espaco-academico-v08-n02-artigo-03.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.
- SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2017.
- \_\_\_\_\_. Alfabetização e letramento. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, nº 25, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?lang=pt#>. Acesso em: 12 set. 2023.
- \_\_\_\_\_. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- SOUSA, Angélica Silva de.; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de.; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- SOUZA, Renata Junqueira de. Narrativas Infantis: a literatura e a televisão de que as crianças gostam. Bauru: USC, 1992.
- TUMULERO, Naína. 5 dicas de como fazer uma pesquisa bibliográfica. Metzzer, 2019. Disponível em: <https://blog.metzzer.com/pesquisa-bibliografica/>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar. *In*: Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Editora USP, 1988.
- \_\_\_\_\_. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução: José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ZAGURY, Tânia. O Professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2006.